

PERSPECTIVAS DOS PAIS SOBRE A SAÚDE OCULAR E O ACOMPANHAMENTO OFTALMOLÓGICO DE SEUS FILHOS MENORES DE 7 ANOS

ANA ISABELA ALVES DO VALE^{1,2*}, NATHYELLE OLIVEIRA CÂNDIDO^{1,2},
RENATA DOS SANTOS RABELLO^{2,3}

1 Introdução

O desenvolvimento psicomotor, cognitivo e social, bem como a aquisição da linguagem da criança dependem do desenvolvimento da visão na infância (NASCIMENTO et al., 2016). A ausência total ou parcial da visão resulta em prejuízos pessoal, familiar e socioeconômico. Estudos mostram que 80% do conhecimento humano é adquirido por meio do olho, assim uma criança na idade pré-escolar com problemas visuais pode encontrar dificuldades no processo de ensino-aprendizagem (GONÇALVES; LIMA, 2020).

Considerando isso, é preciso enxergar a problemática como demanda de saúde pública sendo necessária a prevenção dessas alterações, identificação precoce e da intervenção oportuna. A ambliopia, patologia que consiste na diminuição da acuidade visual de um dos olhos devido ao não desenvolvimento funcional da integração olho/cérebro até os 7 anos de idade, afeta de 2 a 5% da população e é a causa mais frequente de perda visual na criança (GONÇALVES; LIMA, 2020). Assim, quanto mais tardia a detecção dos distúrbios visuais na infância, mais graves as sequelas. Ressalta-se que a maior parte da deficiência visual em pré-escolar pode ser prevenida ou tratada por correção refrativa de baixo custo, além de que a intervenção precoce, a triagem visual na idade pré-escolar e os cuidados de acompanhamento são fundamentais para melhores resultados visuais (VARMA et al., 2017).

Portanto, devem ser recomendados para todas as crianças. A triagem da visão na atenção primária geralmente é realizada por uma enfermeira ou outro profissional de saúde treinado durante os exames pediátricos de rotina. O estudo de Couser et al. (2011), identifica a falta de entendimento entre os pais em relação às recomendações de exames de visão, a

1 Acadêmica do curso de Medicina, Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Passo Fundo/RS, contato: anaisabela.dovale@estudante.uffs.edu.br

2 Grupo de Pesquisa: Inovação em Saúde Coletiva - políticas, saberes e práticas de promoção da saúde.

3 Docente Doutora do curso de medicina da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Passo Fundo - RS.
Orientadora.

diferença entre os oftalmologistas e a importância do tratamento precoce da ambliopia. Ressalta-se que a ambliopia nem sempre apresenta sinais ou sintomas aparentes aos pais ou cuidadores e que as crianças podem parecer ter função visual normal até serem testadas formalmente (WALLACE et al., 2018). Uma parcela das crianças brasileiras chega à idade escolar sem ter passado por consulta com oftalmologista e as falhas na prevenção, no diagnóstico e no tratamento precoce de doenças que poderiam ser reversíveis causam danos no desenvolvimento individual de uma criança e ao futuro adulto no aspecto socioeconômico (ROCHA et al., 2014).

Logo, ações preventivas ou de diagnóstico como teste do olhinho e triagem da visão e recuperação precoces das afecções visuais na infância representam grande impacto na saúde ocular e qualidade de vida deste grupo. Entende-se a necessidade de compreender o que os pais ou responsáveis pensam e fazem em relação à prevenção de distúrbios ou agravos oftalmológicos, bem como identificar formas de aprimorar as ações do setor público – escolas, atenção primária –, diante desse problema de saúde pública. Nesse sentido, este trabalho é fundamental para evidenciar os fatores que determinam a conduta dos indivíduos em saúde antes do estabelecimento de ações e programas preventivos em oftalmologia pediátrica, indo ao encontro com o objetivo do Programa de Iniciação Científica na Graduação.

2 Objetivos

Investigar a realização de consultas oftalmológicas em crianças e as suas implicações na saúde, assim como verificar a prevalência de responsáveis que receberam orientação quanto ao desenvolvimento da visão da criança.

3 Metodologia

Trata-se de um estudo quantitativo, observacional, transversal com abordagem analítica, realizado de setembro de 2022 a agosto de 2023, realizado com os pais de crianças de até sete anos de idade, maiores de 18 anos, de ambos os sexos, residentes no Estado do Rio Grande do Sul, que tenham capacidade de expressão verbal e escrita para responderem o questionário autoaplicável via *google forms*. A participação na pesquisa foi de forma voluntária, realizada por meio da autoaplicação do questionário online, após leitura e

autorização de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O instrumento de pesquisa foi composto por dados referentes à escolaridade da criança, consultas com oftalmologista e histórico de problemas visuais.

Concluída a coleta, os dados foram exportados para o PSPP (distribuição livre) para análise estatística. Foram descritas as frequências absolutas (n) e relativas (%). A variável dependente foi a realização de acompanhamento oftalmológico.

Ainda, a distribuição da prevalência de acordo com as características da amostra foi avaliada por meio do teste do qui-quadrado de Pearson, admitindo 5% de erro tipo I.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) sob o parecer 5.811.298.

4 Resultados e Discussão

A amostra estudada foi composta por 71 indivíduos, desses 80% dos participantes eram mães e 57% possuem pós-graduação. Em relação às características sociodemográficas das crianças, 81,4% eram brancos, 51,4% eram do sexo masculino e 60% das crianças tinham entre 4 e 7 anos.

No que tange as condições de saúde, os dados apontaram que 41,4% realizavam acompanhamento oftalmológico. Remígio et al.(2014) afirmam que a escassez de informação aos familiares quanto à importância do acompanhamento oftalmológico pode ser uma das causas de uma quantia considerável das crianças do estudo nunca terem passado por consulta com um oftalmologista.

O diagnóstico prévio de doença oftalmológica foi relatado em apenas 7,1% da amostra, no entanto 71,4% tem história familiar patológica progressiva de acometimento visual. Além disso, todos que relataram acompanhamento oftalmológico referiram não ter realizado a consulta pelo SUS. As variáveis que mostraram relação estatisticamente significativa com o acompanhamento oftalmológico foram ter histórico familiar ($p < 0,005$) e não ter diagnóstico prévio ($p < 0,005$) de doença oftalmológica. Apesar de contraditória esse último achado, podemos inferir que o histórico familiar de acometimento visual pode influenciar o responsável na busca por atendimento oftalmológico, antes mesmo da criança desenvolver uma patologia.

Gagliardo et al., (2019), ao analisar a intervenção precoce, conclui que a entrada

tardia em serviço oftalmológico afeta negativamente a idade da primeira consulta, ou seja o diagnóstico prévio está diretamente relacionado com o acompanhamento. Ademais, a pesquisa elaborada por Gonçalves e Lima (2020), mostrou que 65,71% dos responsáveis pelas crianças referiam histórico familiar de doenças oftalmológicas, o que demonstra essa relação do acompanhamento e o histórico familiar progressivo.

Ressalta-se que não foram encontrados referenciais teóricos em relação à adesão ao acompanhamento oftalmológico no SUS.

Com vistas no estudo, é importante ressaltar as limitações desta pesquisa de natureza transversal, com possibilidade de viés de causalidade reversa para algumas variáveis. Também, a tendência de representantes destas crianças a tangenciar exposições, pois podem ter sub ou superestimado algum dado e ainda, o viés de informação devido à não comprovação de respostas, como por exemplo, do desenvolvimento escolar. Além disso, por tratar-se de um questionário online, tende-se a uma seleção mais restrita a grupos, uma vez que encontramos adversidade em relação ao alcance de responsáveis para responder o questionário.

5 Conclusão

Portanto, observa-se que 41,4% da amostra realizavam acompanhamento oftalmológico e este desfecho está estatisticamente relacionado com história familiar patológica progressiva e a ausência de diagnóstico prévio de doença oftalmológica.

A implementação dos programas de detecção de baixa acuidade visual e de prevenção de problemas oftalmológicos são de extrema importância para o reconhecimento da baixa visão na infância, uma vez que o número de crianças que não faz acompanhamento é elevado. E quanto maior o atraso na determinação das deficiências da visão, menores as chances de recuperação e correção do problema. Dessa forma, a capacidade visual desenvolvida nos primeiros anos de vida pode apresentar alterações reversíveis geralmente durante os primeiros anos escolares, em que na maioria das vezes ela pode ser corrigida com terapêutica adequada.

Nesse sentido, tem-se a necessidade da conscientização dos pais sobre a idade recomendada para a triagem de problemas oftalmológicos e a importância disso para o desenvolvimento da criança.

Referências Bibliográficas

COUSER, Natario L.; SMITH-MARSHALL, Janine. The Washington Metropolitan Pediatric Vision Screening Quality Control Assessment. *Isrn Ophthalmology*, [S.L.], v. 2011, p. 1-5, 15 dez. 2011. Hindawi Limited. <http://dx.doi.org/10.5402/2011/801957>.

GAGLIARDO, Heloisa G. R. Gardon et al. Intervenção Precoce na Criança com Baixa Visão. *Revista Neurociências*, [S.L.], v. 9, n. 1, p. 16-19, 23 jan. 2019. Universidade Federal de Sao Paulo. <http://dx.doi.org/10.34024/rnc.2001.v9.8928>.

GONÇALVES, Matheus Dantas Gomes; LIMA, Germano Glauber de Medeiros. Detecção Precoce e Prevenção da Ambliopia em Pré-Escolares da Rede de Ensino Municipal de João Pessoa-PB. *Medicina: Impactos Científicos e Sociais e Orientação a Problemas nas Diversas Áreas de Saúde* 2, [S.L.], p. 64-73, 24 jun. 2020. Atena Editora. <http://dx.doi.org/10.22533/at.ed.2512024067>.

NASCIMENTO, Gabriela Cordeiro Corrêa do et al. Eye health attention of children with developmental disorders in early intervention services: barriers and facilitators. *Revista Brasileira de Oftalmologia*, [S.L.], v. 75, n. 5, p. 370-375, 2016. *Revista Brasileira de Oftalmologia*. <http://dx.doi.org/10.5935/0034-7280.20160074>

ROCHA, Maria Nice Araujo Moraes et al. Prevalence of eye diseases and refractive errors in children seen at a referral center for ophthalmology in the central-west region, Brazil. *Revista Brasileira de Oftalmologia*, [S.L.], v. 73, n. 4, p. 225-229, 2014. *Revista Brasileira de Oftalmologia*. <http://dx.doi.org/10.5935/0034-7280.20140049>.

VARMA, Rohit et al. Visual Impairment in Preschool Children in the United States. *Jama Ophthalmology*, [S.L.], v. 135, n. 6, p. 610, 1 jun. 2017. American Medical Association (AMA). <http://dx.doi.org/10.1001/jamaophthalmol.2017.1021>.

WALLACE, David K. et al. Pediatric Eye Evaluations Preferred Practice Pattern®. *Ophthalmology*, [S.L.], v. 125, n. 1, p. 184-227, jan. 2018. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.ophtha.2017.09.032>.

Palavras-chave: saúde; ocular; crianças; oftalmológico

Nº de Registro no sistema Prisma: PES 2022-0261

Financiamento: UFFS